



Divisão de Assuntos Jurídicos
e-mail juridico@daebauru.sp.gov.br
3235-6139
Processo Administrativo nº 912/2024

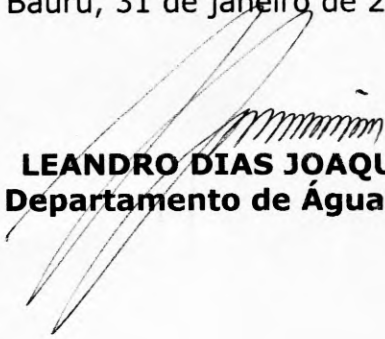
DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Nº 002/2024-DAE

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**, Autarquia Municipal, com sede na Rua Padre João, n.º 11-25, Vila Santa Tereza, na cidade de Bauru, estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Engenheiro **Leandro Dias Joaquim**, nomeado através do Decreto Municipal n.º 16.597, de 24 de fevereiro de 2023, **DECLARA**, na forma da lei e em atendimento ao ofício nº 12-SALC/B Ap R Bauru, encartado às fls. 04 do Processo Administrativo DAE nº 912/2024, que os serviços de captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta, afastamento e tratamento de esgoto, no Município de Bauru, são executados com exclusividade por esta Autarquia, observado o disposto na Lei Municipal n.º 1006, de 24 de dezembro de 1962 c/c art. 52 da Lei Municipal n.º 3832, datada de 30 de dezembro de 1994 (Código Sanitário do Município) e, a Lei Federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2.007. **DECLARA**, ainda, que:

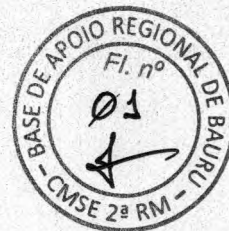
1. Inexistem fatos impeditivos para sua contratação por inexigibilidade de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. Para fins do disposto no inciso Vi do artigo 68 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e ainda, que não emprega menor de dezesseis anos, com a ressalva de que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Bauru, 31 de janeiro de 2024.


LEANDRO DIAS JOAQUIM
Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Bauru



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)



TERMO DE ABERTURA
DISPENSA ELETRÔNICA
Inexigibilidade nº 01/2024

NUP: 64225.007805/2023-27

Ao sétimo dia do mês de dezembro do ano de 2023, nesta cidade de Bauru, no quartel da Base de Apoio Regional de Bauru, em cumprimento ao determinado na Lei Nr 14.133, faço a abertura dos trabalhos atinentes ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 01/2024**, referente à contratação de **SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO** para esta Base de Apoio Regional de Bauru, o que para constar, lavrei o presente termo.

THIAGO ALVES DE SIQUEIRA – 3º Sgt
Auxiliar da SALC/B Ap R Bauru



OFFICE OF THE
ATTORNEY GENERAL
STATE OF NEW YORK
ALBANY

TO THE HONORABLE THE ATTORNEY GENERAL
ALBANY
FROM THE COMMISSIONER OF THE LAND OFFICE
ALBANY
SIR: I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 10th inst. in relation to the application of the State of New York for the purchase of the land of the State of New York, and in reply to inform you that the same has been forwarded to the proper authorities for their consideration.

[Handwritten signature]

Very respectfully,
J. B. [Name]



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)**

Bauru-SP, de 04 de dezembro de 2023.

**Requisição nº 79 – Almoz
NUP: 64225.007805/2023-27**

Do Encarregado do Setor de Material

Ao Sr Fiscal Administrativo da B Ap R Bauru

Assunto: Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário

Referência: Art. 74, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Nos termos contidos nos Art. 74, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de autorizar a abertura de Contratação Direta (Inexigibilidade), para contratação do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário da Base de Apoio Regional de Bauru (monopólio do DAE), visando atender as necessidades desta Organização Militar.

CENTRO DE CUSTO 80111 – ATIVIDADE DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS

Serviços de Água e Esgoto – ND 3.3.90.39-44

A contratação do serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto, a ser utilizada pela Base de Apoio Regional de Bauru.


ULISSES SIMÕES VERTUAN – 1º Ten
Enc Set Mat B Ap R Bauru
(Publicado BI/B Ap R Bauru nº 132 de 18 Jul 2022)





**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021

Justifica-se a utilização da metodologia de pesquisa de preços prevista no parágrafo 1º do inciso V, do art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 (Elaboração da Pesquisa de Preço), não cumprindo a ordem enumerada na IN, nos incisos I e II do art 5º:

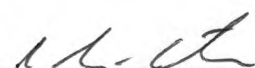
*“I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; “*

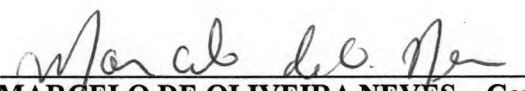
Fundamentando-se a presente norma no seguinte parágrafo:

“§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.”

A pesquisa de preços para formalização do presente processo seguiu estritamente o que prescreve a Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, ou seja, o preço do fornecimento de água e esgoto foi obtido pelo preço fornecido pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE), por ser a única empresa fornecedora de água e esgoto da cidade de Bauru – SP, sendo impossível fazer a pesquisa de preço com outras empresas.

Bauru-SP, 04 de dezembro de 2023.


ULISSES SIMÕES VERTUAN – 1º Ten
Enc Set Mat B Ap R Bauru
(Publicado BI/B Ap R Bauru nº 132 de 18 Jul 2022)


MARCELO DE OLIVEIRA NEVES – Cap
Fiscal Administrativo B Ap R Bauru-SP
(Publicado BI/ B Ap R Bauru nº 33 de 15 Fev 2023)

53



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)

PROJETO BÁSICO

Serviços de Água e Esgoto – ND 3.3.90.39-44

1- FINALIDADE

O presente projeto básico visa caracterizar o serviço abaixo com os elementos necessários e suficientes a fim de possibilitar a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução.

2 – OBJETO (o quê?)

Contratação da prestação de serviços continuados de fornecimento de água e tratamento de esgoto, com execução mediante o regime indireto, visando atender às necessidades da BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU, conforme especificação e quantitativo da tabela abaixo:

NR DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL	VALOR ESTIMADO PARA 5 ANOS (60 meses)
01	Serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto	R\$ 771,71	R\$ 9.260,52	R\$ 46.302,60

3 – JUSTIFICATIVA (por quê?)

Faz-se necessário a contratação dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, imprescindível para a vida vegetativa da BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU, com a finalidade de manter o desempenho de suas atribuições.

4 – PARTICIPANTES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO (quem?)

Empresa credenciada para participar do certame e em condições de executar o serviço satisfatoriamente, chamada de CONTRATADA. A BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU (B Ap R Bauru), unidade da Administração Pública Federal, doravante chamada de CONTRATANTE.

5 – CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (como?)

As condições para o fornecimento de água e tratamento de esgoto deve seguir conforme normas e regulamentos internos da contratada.

6 – LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (onde?)

A prestação do serviço de água e tratamento de esgoto, já acontece na Rua Bandeirantes 3-55, Centro, Bauru, CEP: 17015-010, nas instalações da contratante (B Ap R Bauru).. A contratada deverá manter o fornecimento de água e tratamento de esgoto, prestando-os sem interrupção, 24 horas por dia,

ful-



Ministry of Health
Government of India
New Delhi

10/11/2019

Dr. [Name] Secretary to Government

Subject: [Topic] (Ref: [Number])
[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

sete dias por semana.



7 – PRAZOS (quando?)

– A CONTRATADA, após o recebimento da nota de empenho, terá o prazo de 30 (trinta) dias para execução do serviço e ao término expedir a nota fiscal de serviços e enviar para a CONTRATANTE;

– Avaliação do serviço prestado: até 08 (oito) dias após o término do serviço;

– Pagamento por ordem bancária: após avaliação do serviço prestado, dar-se-á em até 48 horas úteis o lançamento no SIAFI (Sistema de Administração Financeira do Governo Federal) da Nota Fiscal nas contas a pagar e a receber. A União repassará o numerário em até 30 dias, quando será efetuada a ordem bancária.

8 – CUSTOS (quanto?)

O valor médio mensal, dos últimos 3 (três) anos, 2021, 2022 e 2023 foi de R\$ 771,71 (setecentos e setenta e um mil e setenta e um centavos), o valor médio estimado para 01 (um) ano é de R\$ 9.260,52 (nove mil duzentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos) e o valor estimado para 5 (cinco) anos é de R\$ 46.302,60 (quarenta e seis mil trezentos e dois reais e sessenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO ANUAL (R\$)	VALOR ESTIMADO PARA 5 ANOS (R\$)
1	Serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto	9.260,52	46.302,60

9 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente Contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 160460/BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU

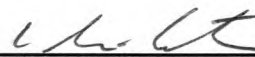
Fonte: 1000000000

UG Emitente: Diretoria de Gestão Orçamentaria – Gestor

Natureza de Despesa: 33.90.39

PI: I3DACSPAGES

Bauru-SP, 04 de dezembro de 2023.


ULISSES SIMÕES VERTUAN – 1º Ten

Enc Set Mat B Ap R Bauru

(Publicado BI/B Ap R Bauru nº 132 de 18 Jul 2022)



THE SECRETARY OF THE
TREASURY
WASHINGTON, D. C.
20548-0001

TO: [illegible]
FROM: [illegible]
SUBJECT: [illegible]

[illegible text block]

[illegible text block]

[illegible text block]

[illegible text block]

[illegible text block]

[illegible text block]

[illegible text block]

[illegible text block]



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

1. Declaro para os devidos fins que os recursos orçamentários para a contratação de serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto destinados ao uso da Base de Apoio Regional de Bauru será disponibilizado pela Diretoria de Gestão Orçamentária.

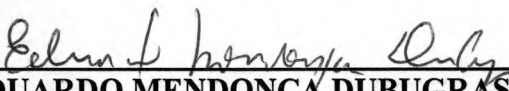
EV	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	EXERCÍCIO
401091	1	171460	1000000000	339039	160460	I3DACSPAGES	2024

2. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do Processo para Contratação Direta por Inexigibilidade, conforme o Art 72, Inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º abr 21;

3. A SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;

4. Publique-se:

Bauru-SP, 04 de dezembro de 2023.


EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS – Cel
OD B AP R BAURU
(Pub Port Cmt Ex. Nº 608, de 21 Jul 21)



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

DATE OF ACQUISITION

1914

1914

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

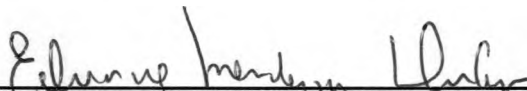


**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)**

DESPACHO DO OD:

1. Autorizo a Contratação Direta (Inexigibilidade) dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, para fins de suprir as necessidades da Base de Apoio Regional de Bauru, conforme preconizado no Art. 74, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
2. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do Processo de Inexigibilidade, conforme o Art 72, Inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º abril 21;
3. A SALC adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;
4. Publique-se:

Bauru-SP, 04 de dezembro de 2023.


EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS – Cel
OD B AP R BAURU
(Pub Port Cmt Ex. Nº 608, de 21 Jul 21)



Sistema Integrado
de Administração Financeira
do Governo Federal



Data e hora da consulta: 29/11/2023 10:16

Usuário: ***.132.931-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160460	BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
09.566.315/0001-75	RUA BANDEIRANTES, Q 3 - NR 55 CENTRO	17015-010
Município	UF	Telefone
BAURU	SP	(14) 3223-8344

Ano	Tipo	Número
2023	NE	24

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171460	1000000000	339039	160460	I3DACSPAGES

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
06/04/2023	Estimativo	-	-	9.900,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
46.139.952/0001-91	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	17012-020
Endereço		
PADRE JOAO 11-25 VILA SANTA TEREZA		
Município	UF	Telefone
BAURU	SP	3225-5292

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
104	NAO SE APLICA				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
-	-	-	-	-	

Descrição

DAE - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023 - BI Nº 66, 5ABRIL23 - 2023NC005282 , 2023NC007484

Local da Entrega

RUA BANDEIRANTES Nº 3-55, CENTRO, BAURU - SP, CEP 17015-010 - BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU

Informação Complementar

DAE - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023 - BI Nº 66, 5ABRIL23 - 2023NC005282 , 2023NC007484

Sistema de Origem

SIÁFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
008	05/07/2023 10:31:09	Alteração



Data e hora da consulta: 29/11/2023 10:16

Usuário: ***.132.931-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	9.900,00

Subelemento 44 - SERVICOS DE AGUA E ESGOTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	DAE - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023 - BI Nº 66, 5ABRIL23 - 2023NC005282 , 2023NC007484	9.900,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
06/04/2023	Inclusão	1,00000	7.700,0000	7.700,00
01/06/2023	Reforço	1,00000	1.100,0000	1.100,00
05/07/2023	Reforço	1,00000	1.100,0000	1.100,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS
***.835.887-**
05/07/2023 10:31:09

Responsável pela Nota de Empenho
THIAGO ALVES DE SIQUEIRA
***.674.968-**
05/07/2023 10:17:50

PO

1/27

7

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20

1.20



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU
(6ª Circunscrição de Recrutamento/1.942)

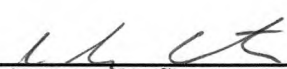
1. ESTIMATIVA DE GASTOS COM SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PARA 5 ANOS DA BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU.

MESES	HISTÓRICO (R\$)	HISTÓRICO (R\$)	HISTÓRICO (R\$)
-	2021	2022	2023
JAN	402,95	588,20	905,96
FEV	520,73	446,23	689,80
MAR	747,54	501,81	752,67
ABR	788,09	737,98	650,25
MAI	453,14	693,05	551,28
JUN	554,46	850,26	805,25
JUL	520,73	850,26	991,92
AGO	2674,98	1.059,25	1.219,13
SET	727,25	715,50	805,25
OUT	571,36	715,50	710,11
NOV	537,56	850,26	991,92
DEZ	554,46	936,64	710,11
TOTAL:	9.053,25	8.944,94	9.783,65
MÉDIA DE CONSUMO MENSAL	754,43	745,41	815,30
MÉDIA DE CONSUMO MENSAL (2021, 2022 e 2023)	ESTIMATIVA DE CONSUMO PARA 1 ANO (12 meses)		ESTIMATIVA PARA 5 ANOS (60 meses)
R\$ 771,71	R\$ 9.260,52		R\$ 46.302,60

2. JUSTIFICATIVA DE PREÇO.

Por se tratar de serviço exclusivo de fornecimento de água e tratamento de esgoto, e apenas uma empresa fornecer para a cidade de Bauru – SP, o valor do serviço a ser fornecido será o preço atual praticado pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE), podendo ser reajustado de acordo com a Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ).

Bauru-SP, 04 de dezembro de 2023.


ULISSES SIMÕES VERTUAN – 1º Ten
Enc Set Mat B Ap R Bauru
(Publicado BI/B Ap R Bauru nº 132 de 18 Jul 2022)

10
A

COPIES TO BE MADE

11

TABLE

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

DADOS DO CONSUMIDOR

nome
BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU

meses em aberto

documento
09566315000175

débito aberto
R\$ 0,00

inscrição
7002205

débito corrigido
R\$ 0,00

vencimento
2V / 2L / 21A

débito futuro
R\$ 0,00

HISTÓRICO DAS CONTAS

situação da conta: (A = aberto | P = pago | B = bloqueado | E = estornado | T = suprimido | R = arrasto)

referência	consumo	valor	vencimento	conta
12/2023	41	R\$ 710,11	21/01/2024	P
11/2023	52	R\$ 991,92	21/12/2023	P
10/2023	41	R\$ 710,11	21/11/2023	P
09/2023	45	R\$ 805,25	21/10/2023	P
08/2023	59	R\$ 1.219,13	21/09/2023	P
07/2023	52	R\$ 991,92	21/08/2023	P
06/2023	45	R\$ 805,25	21/07/2023	P
05/2023	33	R\$ 551,28	21/06/2023	P
04/2023	38	R\$ 650,25	21/05/2023	P
03/2023	42	R\$ 752,67	21/04/2023	P
02/2023	40	R\$ 689,80	21/03/2023	P
01/2023	51	R\$ 905,96	21/02/2023	P
12/2022	52	R\$ 936,64	21/01/2023	P
11/2022	49	R\$ 850,26	21/12/2022	P
10/2022	43	R\$ 715,50	21/11/2022	P
09/2022	43	R\$ 715,50	21/10/2022	P
08/2022	56	R\$ 1.059,25	21/09/2022	P
07/2022	49	R\$ 850,26	21/08/2022	P
06/2022	49	R\$ 850,26	21/07/2022	P
05/2022	42	R\$ 693,05	21/06/2022	P
04/2022	44	R\$ 737,98	21/05/2022	P
03/2022	32	R\$ 501,81	21/04/2022	P
02/2022	29	R\$ 446,23	21/03/2022	P

referência	consumo	valor	vencimento	conta
01/2022	40	R\$ 588,20	21/02/2022	P
12/2021	38	R\$ 554,46	21/01/2022	P
11/2021	37	R\$ 537,56	21/12/2021	P
10/2021	39	R\$ 571,36	21/11/2021	P
09/2021	47	R\$ 727,25	21/10/2021	P
08/2021	105	R\$ 2.674,98	21/09/2021	P
07/2021	36	R\$ 520,73	21/08/2021	P
06/2021	38	R\$ 554,46	21/07/2021	P
05/2021	32	R\$ 453,14	21/06/2021	P
04/2021	50	R\$ 788,09	21/05/2021	P
03/2021	48	R\$ 747,54	21/04/2021	P
02/2021	36	R\$ 520,73	21/03/2021	P
01/2021	29	R\$ 402,95	21/02/2021	P
12/2020	43	R\$ 646,11	21/01/2021	P
11/2020	40	R\$ 588,20	21/12/2020	P
10/2020	50	R\$ 788,09	21/11/2020	P
09/2020	40	R\$ 588,20	21/10/2020	P
08/2020	42	R\$ 625,83	21/09/2020	P
07/2020	41	R\$ 605,52	21/08/2020	P
06/2020	33	R\$ 470,09	21/07/2020	P
05/2020	41	R\$ 605,52	21/06/2020	P
04/2020	37	R\$ 537,56	21/05/2020	P
03/2020	46	R\$ 706,98	21/04/2020	P
02/2020	35	R\$ 503,82	21/03/2020	P
01/2020	55	R\$ 928,87	21/02/2020	P
12/2019	53	R\$ 873,47	21/01/2020	P
11/2019	44	R\$ 666,41	21/12/2019	P
10/2019	52	R\$ 845,81	21/11/2019	P
09/2019	43	R\$ 646,11	21/10/2019	P
08/2019	43	R\$ 646,11	21/09/2019	P
07/2019	50	R\$ 788,09	21/08/2019	P
06/2019	57	R\$ 984,15	21/07/2019	P
05/2019	59	R\$ 1.039,57	21/06/2019	P
04/2019	47	R\$ 727,25	21/05/2019	P
03/2019	52	R\$ 845,81	21/04/2019	P
02/2019	50	R\$ 788,09	21/03/2019	P
01/2019	43	R\$ 646,11	21/02/2019	P
12/2018	67	R\$ 1.327,85	21/01/2019	P
11/2018	54	R\$ 901,14	21/12/2018	P
10/2018	58	R\$ 1.011,88	21/11/2018	P
09/2018	63	R\$ 1.180,04	21/10/2018	P



Estudo Técnico Preliminar 16/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64225.007805/2023-27

2. Descrição da necessidade

Contratação do serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto, a ser utilizada pela Base de Apoio Regional de Bauru. Contratação com fundamento na nova Lei de Licitações 14.133/2021.

2.1. A contratação dos serviços, objeto deste instrumento, tem por objetivo o fornecimento de água tratada e prestação de serviços de coleta de esgotos sanitários, proporcionando condições ideais de higiene, habitabilidade e funcionamento à B Ap R Bauru.

2.2. Os referidos serviços são prestados pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) em regime de monopólio pelo CNPJ : 46.139.952/0001-91, motivo pelo qual fica inviabilizada a competição de preços no mercado, bem como a respectiva pesquisa de preços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Ulisses Simões Vertuan - 1º Ten	Enc Set Mat B Ap R Bauru

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.2.1. O fornecimento de água tratada e prestação de serviços de coleta de esgotos sanitários é considerado serviço público. Esse serviço é prestado de forma exclusiva na cidade de Bauru/SP pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE), CNPJ nº 46.139.952/0001-91, conforme documentos anexados ao processo administrativo.

4.2.2. Desta forma, entendemos restar caracterizada a inviabilidade de competição, o que conduz ao raciocínio de subsunção do presente caso concreto ao fundamento legal contido no caput, do artigo 74, da Lei 14.133/2021.

4.2.3. Acrescenta-se a todo o raciocínio já exposto, a classificação dos serviços de água e esgoto, como serviços essenciais, imprescindíveis ao funcionamento da Base de Apoio Regional de Bauru.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Item não obrigatório, conforme IN - Instrução Normativa nº 65 de 07/07/2021, e não aplicável ao presente processo administrativo, em virtude do fundamento legal que está enquadrada a prestação dos serviços - art. 74, caput, da Lei 14.133/2021. - Inexigibilidade de Licitação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto será prestado pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE).



6.2. Trata-se de procedimentos visando a contratação continuada por tempo indeterminado dos serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgoto sanitário para o imóvel onde encontra-se instalada na Base de Apoio Regional de Bauru.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Conforme indicado na necessidade da contratação, a demanda se direciona a contratação dos serviços de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto, serviços exclusivos junto ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE).

7.2. Neste sentido, segue inicialmente o histórico de utilização dos serviços exclusivos por esta Administração, conforme Relatório de Consumo de janeiro/2021 a dezembro/2023:

MESES	2021 HISTÓRICO (R\$)	2022 HISTÓRICO (R\$)	2023 HISTÓRICO (R\$)
JAN	402,95	588,20	905,96
FEV	520,73	446,23	689,80
MAR	747,54	501,81	752,67
ABR	788,09	737,98	650,25
MAI	453,14	693,05	551,28
JUN	554,46	850,26	805,25
JUL	520,73	850,26	991,92
AGO	2674,98	1.059,25	1.219,13
SET	727,25	715,50	805,25
OUT	571,36	715,50	710,11
NOV	537,56	850,26	991,92
DEZ	554,46	936,64	710,11
TOTAL:	9.053,25	8.944,94	9.783,65
MÉDIA DE CONSUMO MENSAL	754,43	745,41	815,30
MÉDIA DE CONSUMO MENSAL (2021, 2022 E 2023)	ESTIMATIVA DE CONSUMO PARA 1 ANO (12 MESES)		ESTIMATIVA PARA 5 ANOS (60 MESES)
R\$ 771,71	R\$ 9.260,52		R\$ 46.302,60

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 46.302,60

8.1. Na análise conjunta dos valores médios praticados por mês do período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023, observou-se que a média ficou no valor acima estipulado, ou seja, em torno de R\$ 771,71 (setecentos e setenta e um reais e setenta e um centavos). Acredita-se que os valores a serem considerados deverão ser aqueles em normalidade, apenas para os serviços exclusivos, e com margem de possíveis ajustes de quantidades e preços. Neste contexto, admite-se como estimativa de quantidades e valores os que seguem abaixo:

Item	Descrição	Valor mensal Estimado	Valor anual Estimado	Valor Global (60 meses)
01	Contratação do serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto, a ser utilizada pela Base de Apoio Regional de Bauru.	R\$ 771,71	R\$ 9.302,60	R\$ 46.302,60





9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em virtude da natureza dos serviços e de sua exclusividade quanto à pessoa jurídica que os presta, informa-se que não existe possibilidade fática/jurídica de parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes na relação jurídica que será estabelecida através da contratação do serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro às diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2023/2024 desta OM.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Manutenção das condições básicas de saúde e higiene de todas as pessoas que trabalham ou usufruem dos serviços da Base de Apoio Regional de Bauru, que será atendida pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE).

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Como cliente do Serviço de fornecimento de água tratada e prestação de serviços de coleta de esgotos sanitários, considera-se oportuno destacar alguns pontos no gerenciamento e fiscalização da prestação dos serviços.

13.2. O serviço de saneamento é cobrado pelo volume de água consumida medido no hidrômetro e por igual volume de esgoto.

13.3. Há um intervalo de tempo de aproximadamente 30 dias entre as leituras dos hidrômetros (relógios de medição de consumo) e a disponibilização das faturas para conferência para e emissão de pagamento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos do não atendimento às demandas solicitadas, gera, entre outras, perda de qualidade e eficiência na Base de Apoio Regional de Bauru.

14.2. O Empresa deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição, de setembro de 2023, e outras legislações pertinentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justifica-se tal contratação devido à essencialidade do fornecimento de água encanada e esgotamento sanitário, para funcionamento das atividades e serviços fornecidos pela Base de Apoio Regional de Bauru.

Handwritten characters, possibly a date or page number.

Main body of the document containing multiple paragraphs of handwritten text, which is mostly illegible due to fading. The text appears to be organized into several sections or paragraphs.



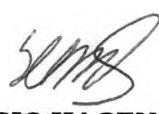
16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS
Autoridade competente


ULISSES SIMOES VERTUAN
Membro da comissão de contratação


MARCELO BATISTA KOGUCHI
Membro da comissão de contratação


SANDRO ACACIO HAGEN SANTOS
Membro da comissão de contratação





Termo de Referência 15/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2023	160460-BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU	ULISSES SIMOES VERTUAN	29/11/2023 10:23 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64225.007805 /2023-27

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL	VALOR ESTIMADO PARA 5 ANOS (60 MESES)
1	Fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário da Base de Apoio Regional de Bauru	22845	R\$ 771,71	R\$ 9.260,52	R\$ 46.302,60

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados do(a) data de homologação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024

11
12

Information

Section

Number

Date

Time

Place

Subject

Remarks

Signature

Initials

Page 1 of 1

Page 2 of 2

Page 3 of 3

Page 4 of 4

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

Page 5 of 5

Page 6 of 6

Page 7 of 7

Page 8 of 8

Page 9 of 9

Page 10 of 10

Page 11 of 11

Page 12 of 12

Page 13 of 13

Page 14 of 14

Page 15 of 15

Page 16 of 16

Page 17 of 17

Page 18 of 18

Page 19 of 19

Page 20 of 20

Page 21 of 21

Page 22 of 22

Page 23 of 23



3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no :Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.1. Princípios fundamentais e demais disposições previstas na Lei 11.445/2007, que traça as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto ocorrerá com a prestação dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, conforme condições e regulamentos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Bandeirantes, 3-55 - Quadra 3 - Centro, Bauru - SP, 17015-010.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

81

SECRET X
CONFIDENTIAL
NO FOREIGN DISSEM
NO UNCLASSIFIED

10



6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Tendo em vista a natureza de exclusividade da prestação dos serviços em tela, bem como seu caráter essencial e indispensável, não haverá avaliação da execução do objeto por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou por outro instrumento equivalente.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

PL

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100

100-100



7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

33

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2

1001 1/2



7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-DI de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos



2. The second part outlines the various responsibilities of the Secretary, including managing correspondence, scheduling meetings, and maintaining the office's financial records. It also mentions the importance of confidentiality and the need to handle sensitive information with care.

3. The third part of the document provides a detailed description of the office's current state, including the number of staff members, the types of equipment used, and the overall workflow. It notes that while there have been some challenges, the team has managed to maintain a high level of efficiency.

4. The fourth part discusses the future plans for the office, including the possibility of expanding the staff and upgrading the technology. It also mentions the need for ongoing training and development for all employees to ensure they are up-to-date with the latest practices.

5. The final part of the document is a conclusion that summarizes the key points discussed and expresses confidence in the team's ability to continue to improve and grow the office.

fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado diretamente, por inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133.

8.2. Os serviços objeto desta contratação serão prestados pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE), CNPJ: 46.139.952/0001-91, por ser ela a fornecedora exclusiva dos serviços de água e tratamento de esgoto para a localidade em questão, conforme instruído no processo.

Exigências de habilitação

8.3. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições de contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- SICAF
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

8.4. De acordo com o disposto no Parecer Referencial CCA/PGFN nº 01/2023, serão suficientes a habilitação jurídica e a habilitação fiscal, social e trabalhista, já mencionadas, sendo os demais requisitos de habilitação (técnica e econômico-financeira) considerados excessivos para a contratação de serviço prestado em regime de exclusividade.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 46.302,60

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 46.302,60 (quarenta e seis mil trezentos e dois reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

NR DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL	VALOR ESTIMADO PARA 5 ANOS (60 MESES)
01	Contratação do serviço de fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto	R\$ 771,71	R\$ 9.260,52	R\$ 46.302,60

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160460/BASE DE APOIO REGIONAL DE BAURU;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 171460;

IV) Elemento de Despesa: 339039

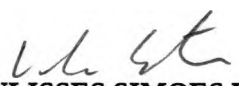
V) Plano Interno: I3DACSPAGES;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS
Autoridade competente


ULISSES SIMOES VERTUAN
Membro da comissão de contratação


MARCELO BATISTA KOGUCHI
Membro da comissão de contratação


SANDRO ACACIO HAGEN SANTOS

26
A

Membro da comissão de contratação



8. 14

2

Matriz de Gerenciamento de Riscos



1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
13/2023

Responsável pela Edição
ULISSES SIMOES VERTUAN

Data de Criação
04/12/2023 10:26

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação do serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Contratação de volume superior ao necessário	Superestimar o quantitativo necessário à contratação.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Gasto ineficiente do recurso público					
Ações Preventivas						
P-01	Fazer o levantamento de utilização dos serviços no período total da última contratação, de forma a mensurar corretamente o quantitativo necessário.			Responsável: SANDRO ACACIO SANTOS	HAGEN	
Ações de Contingência						
C-01	Realizar os ajustes necessários no quantitativo do objeto, no Projeto Básico da contratação, de modo a corrigir as possíveis falhas verificadas.			Responsável: ULISSES SIMOES VERTUAN		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Contratação de volume inferior ao necessário.	Subdimensionamento do quantitativo necessário à contratação.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Serviço não estar disponível quando necessário.					
Ações Preventivas						
P-01	Fazer o levantamento de utilização dos serviços no período da última contratação, de forma a mensurar corretamente o quantitativo necessário.			Responsável: SANDRO ACACIO SANTOS	HAGEN	
Ações de Contingência						
C-01	Realizar os ajustes necessários no quantitativo do objeto, no Projeto Básico da contratação, de modo a corrigir as possíveis falhas verificadas.			Responsável: ULISSES SIMOES VERTUAN		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Descumprimento de obrigações e deveres contratuais.	Falta de conhecimento das cláusulas e condições estabelecidas em edital.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	
Impactos						
1	Dano ao erário.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento da execução do objeto. Fiscalização rigorosa, com o objetivo de acompanhar a execução do contrato e realização dos serviços contratados.			Responsável: SANDRO ACACIO SANTOS	HAGEN	
Ações de Contingência						
C-01	Sugerir à autoridade competente a aplicação de penalidade.			Responsável: ULISSES SIMOES VERTUAN		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Atraso na conclusão da contratação	Atraso na conclusão da contratação	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento do processo.					
Ações Preventivas						
P-01	Execução do processo de forma célere.			Responsável: SANDRO ACACIO SANTOS	HAGEN	
Ações de Contingência						
C-01	Processo executado como prioridade.			Responsável: ULISSES SIMOES VERTUAN		



RECEIVED

11

11

11

[The following text is extremely faint and illegible, appearing to be a series of lines of handwriting or a printed document. It occupies the majority of the page below the header area.]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (L x P)	Nº Item
R-05	Atraso no início da prestação dos serviços	Atraso no início da prestação dos serviços	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
BASE DE DADOS REGIONAL DE BAURUR Fl. nº 26 CMSE 2ª RM						
Impactos						
1	Paralisação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto..					
Ações Preventivas						
P-01	Prever sanções à CONTRATADA em caso de atraso de Atendimento.			Responsável: SANDRO ACACIO HAGEN SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação de multa e sanções administrativas à CONTRATADA.			Responsável: ULISSES SIMOES VERTUAN		

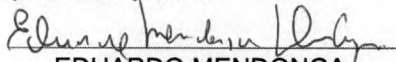


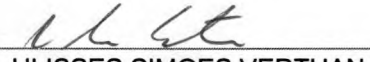
4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

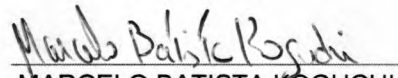
Nenhum acompanhamento incluído.

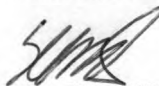
5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento


EDUARDO MENDONÇA
DUBUGRAS
Autoridade competente


ULISSES SIMOES VERTUAN
Membro da comissão de contratação


MARCELO BATISTA KOGUCHI
Membro da comissão de contratação


SANDRO ACACIO HAGEN
SANTOS
Membro da comissão de contratação



45782-10

2-2-3

1/2 2-2-3

1000

1000

1000

Número do Documento de Formalização da Demanda: 14/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Almoxarifado	31/03/2024 00:00	160460	ULISSES SIMOES VERTUAN
Descrição sucinta do objeto			
Serviços de Terceiros para a Base de Apoio Regional de Bauru			

2. Justificativa de necessidade

Contratação de Serviço de Terceiros para as diversas necessidades da B Ap R Bauru.

3. Materiais/Serviços**3.1 Materiais**

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1		OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	1,00	7.500,00	7.500,00
2		SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	1,00	7.500,00	7.500,00
3		SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	1,00	7.500,00	7.500,00
4		SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	1,00	7.500,00	7.500,00
5		SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	1,00	13.500,00	13.500,00
6		OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	1,00	7.500,00	7.500,00
7		SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	7.500,00	7.500,00
8		OUTROS SERVIÇOS DIVERSOS/MISCELÂNEA	1,00	7.500,00	7.500,00
9		SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	1,00	1.500,00	1.500,00
10		SERVIÇOS DE LIMPEZA	1,00	1.500,00	1.500,00
11		SERVIÇOS DE ELIMINAÇÃO DE REJEITOS	1,00	1.500,00	1.500,00
12		SERVIÇO DE ACABAMENTO E FINALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS	1,00	1.500,00	1.500,00
13		SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	1,00	1.500,00	1.500,00
14		SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	1,00	1.500,00	1.500,00
15		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GOVERNO	1,00	1.500,00	1.500,00
16		SERVIÇOS DE ENGENHARIA	1,00	1.500,00	1.500,00
17		SERVIÇOS DE MANUFATURAR EXECUTADOS EM METAIS EM PRODUTOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS,POSSUÍDA POR OUTRAS	1,00	1.500,00	1.500,00
18		SERVIÇOS RELATIVOS A ELETRICIDADE,GÁS, E A DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1,00	87.500,00	87.500,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS
Autoridade competente



48
4-21

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

1911

OFFICE OF THE SECRETARY

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

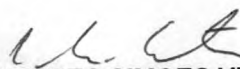
DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

DEPARTMENT OF AGRICULTURE

WASHINGTON, D. C.

21-1000-1-10


ULISSES SIMOES VERTUAN
Membro da comissão de contratação




MARCELO BATISTA KOGUCHI
Membro da comissão de contratação


SANDRO ACACIO HAGEN SANTOS
Membro da comissão de contratação

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	Ajustes	ULISSES SIMOES VERTUAN	14/09/2023 19:04
2	Necessidade de retificar o valor.	ALEX ALAN ANTUNES DE ABREU	14/09/2023 18:51
3	Ajuste de valores.	ULISSES SIMOES VERTUAN	14/09/2023 18:27
4	Necessidade de retificação do valor.	ALEX ALAN ANTUNES DE ABREU	14/09/2023 15:07
5	Necessidade de ajustar os valores.	ULISSES SIMOES VERTUAN	14/09/2023 11:29

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

4

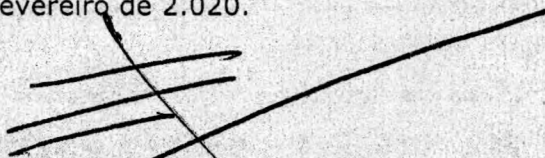


DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU
Rua Padre João nº 11-25 – Bauru/SP.
Processo nº xxxx/2020 - Declaração nº 001/2020-DAE



DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE Nº 001/2020-DAE

O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU, Autarquia Municipal, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, Bauru/SP, CEP: 17.012-020, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.139.952/0001-91, Inscrição Estadual nº 209.369.773.119, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Senhor **Eliseu Areco Neto**, nomeado através do Decreto Municipal nº 14.211, de 29 de março de 2.019, na forma da lei e em atenção ao Ofício 2-SALC/6 CSM – EB: 64225.009110/2020-37, de 28 de janeiro de 2.020, encartado às fls. 03, do Processo Administrativo nº 1139/2020, declara ao **Ministério da Defesa** que os serviços de captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta, afastamento e tratamento de esgoto, no Município de Bauru, são executados com exclusividade por esta Autarquia, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.006, de 24 de dezembro de 1962 c/c art. 52 da Lei Municipal nº 3.832, datada de 30 de dezembro de 1994 (Código Sanitário do Município) e a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Nada mais. Bauru, 14 de fevereiro de 2.020.


Eliseu Areco Neto
Departamento de Água e Esgoto de Bauru
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.006, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1962

“Que institui a entidade autárquica denominada
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO” (D.A.E.).

IRINEU BASTOS, Prefeito Municipal de Bauru, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele promulga e sanciona a seguinte lei:

- Artigo 1º -** O Serviço Público de Água e Esgoto do Município de Bauru, passa a constituir uma única entidade autárquica, sob a denominação de “DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO” (D.A.E.).
- Artigo 2º -** Destina-se o D.A.E. com a autonomia peculiar às entidades descentralizadas, a gerir, administrar e desenvolver os serviços públicos de água e esgotos, atualmente existente no território do Município e a este ora pertencentes.
- Artigo 3º -** O D.A.E., com sede na cidade de Bauru, tem personalidade de natureza autárquica e goza, inclusive no que se refere aos seus bens, rendas, e serviços, das regalias, privilégios e imunidades, conferidos a Fazenda Municipal.
- Artigo 4º -** O D.A.E., será administrado por um Conselho composto de 3 (três) membros, inclusive o Presidente, sendo os dois outros, obrigatoriamente técnicos, respectivamente em hidráulica e eletricidade. Serão esses membros nomeados em comissão, pelo Prefeito Municipal, sob ratificação da Câmara, e escolhidos dentre pessoas de reconhecida idoneidade e qualificadas para as respectivas funções.
- § 1º:- O Mandato de Conselho Administrativo terá a duração de 1 ano, quanto a primeira investidura, com o início em 1º. Janeiro de mil novecentos e sessenta e três, e de 4 (quatro) anos, nas subsequentes e será sempre renovável a juízo do Prefeito (executivo) e sob ratificação do Legislativo.
- § 2º - Os vencimentos do Presidente e membros de Conselho, serão fixados, no ato da nomeação, pelo Prefeito Municipal, respeitado, porém, o critério de não serem superiores aos vencimentos dos Diretores com classificação no padrão “F 3”, devendo ao Presidente, ser conferida, além dos vencimentos, uma gratificação sempre igual a dos Diretores em função no Município.
- § 3º - Não poderá ser nomeado para cargo ou função do DAE, pessoa ligada ao prefeito ou a qualquer dos Vereadores, por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o 3º. grau civil, assim como não poderão servir simultaneamente, como membros do Conselho Administrativo, parentes até aquele mesmo grau civil.
- Artigo 5º -** Ao Conselho Administrativo, como órgão da Administração do DAE, competirá:
- Elaborar o Regimento Interno e organizar o quadro de servidores de ambos os serviços que lhe ficam afetos;
 - Elaborar, anualmente, os orçamentos das receitas e das despesas, separadamente, de cada um dos serviços, para serem submetidos ao exame

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

- e aprovação do Executivo Municipal;
- c) promover o tombamento dos bens do DAE e gerir o seu patrimônio;
- d) aceitar e recusar doações e legados, e promover desapropriações judiciais ou amigáveis;
- e) aplica-se ao DAE as cautelas previstas no artigo 109 e parag. Único da Lei Orgânica dos Municípios, desde que os empreendimentos, obras e serviços, ultrapassem o valor de CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros);
- f) organizar os regulamentos dos serviços, separadamente, submetendo-se a aprovação do Executivo, fazendo-os após publicar na imprensa oficial;
- g) nomear as bancas examinadoras nos concursos para ingresso no quadro de servidores do DAE, homologando a classificação dos candidatos aprovados "ad-referendum" do Prefeito Municipal.

Artigo 6º-

Compete ao Presidente do Conselho Administrativo:

- a) representar o DAE, em juízo, e fora dele;
- b) convocar as reuniões do Conselho e dirigir os respectivos trabalhos;
- c) executar ou fazer executar as deliberações do Conselho, assinando o respectivo expediente;
- d) a nomeação, exoneração, demissão, promoção, férias, licenças, aposentadoria, disponibilidade, penas disciplinares e outros atos relativos aos servidores do DAE, observadas as Leis Municipais em vigor, e "ad-referendum" do Executivo.
- e) vetar as resoluções do Conselho, com as quais não estejam de acordo, sujeitando o veto a consideração do Prefeito Municipal;
- f) apresentar ao Prefeito Municipal dentro do 4º. trimestre de cada exercício, separadamente, relatórios circunstanciados dos serviços, sugerindo as providências necessárias;
- g) tomar as providências de caráter urgente, motivadas por fatos ou circunstâncias imprevistas, levando, em seguida, o caso ao conhecimento do Conselho Administrativo, para ciência e deliberação;
- h) designar os servidores do quadro, para os serviços do DAE.

Artigo 7º-

A esfera de atribuição de cada um dos Membros do Conselho Administrativo, constará no Regimento Interno.

Artigo 8º-

É defeso aos Membros do Conselho Administrativo terem direta ou indiretamente, negócios com o DAE.

Artigo 9º-

Os atuais e os futuros servidores dos serviços que integram o D.A.E. terão a sua situação e atividades, reguladas pela Leis Municipais em vigor, e na organização do respectivo quadro serão especificados o seu número e categorias, bem como suas funções e vencimentos, integrados os atuais servidores que tenham condições legais e resguardados os direitos adquiridos.

§ 1º-

Os servidores que já foram admitidos na condição de Extranumerários, poderão ser aprovados a juízo do Conselho Administrativo e "ad-referendum" do Executivo, verificadas as respectivas habilitações;

§ 2º-

As nomeações de servidores do quadro permanente em qualquer dos serviços, dependerão sempre de concurso, de acordo com as normas a serem fixadas pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Administrativo e observada a Lei Municipal, nº 874;

- § 3º- Os servidores do atual Serviço de Água e Esgotos que por esta Lei passarem a integrar o DAE, ficam assegurados os mesmos direitos e vantagens constantes das leis municipais em vigor, responsabilizando-se o Município por suas atribuições, digo, contribuições perante institutos previdenciais, sem solução de continuidade;
- § 4º- Aplicam-se aos servidores do DAE, de modo geral, o que estabelecem as leis municipais nºs. 874 e 386, respectivamente;
- § 5º- Ao pessoal contratado sob regime de empreitada aplicar-se-á o que dispõe a Consolidação da Leis do Trabalho.
- Artigo 10º- O D.A.E., embora autarquia, poderá a qualquer tempo, sofrer por técnicos de confiança do Executivo, verificação no seu serviço de contabilidade e em outros que digam respeito ao seu bom andamento.
- § Único:- Após a apresentação do relatório anual pelo Presidente do Conselho Administrativo, o executivo designará técnicos da Diretoria de Contabilidade e Finanças para verificação e aprovação dos balanços constantes do relatório e os enviará a Câmara Municipal, para conhecimento e aprovação.
- Artigo 11º- Da renda líquida consignada nos balanços do DAE, serão retiradas 20% (vinte por cento) para constituição do fundo de reserva, sendo o saldo levado a conta do Patrimônio.
- Artigo 12º- As despesas com a execução desta lei correrão por conta da receita oriunda da aplicação dos serviços que integram o DAE.
- Artigo 13º- Ficam incorporados ao Patrimônio do DAE, todos os bens, direitos, inclusive servidões, que atualmente compõem o Serviço de Água e Esgoto, bem como os situados no Distrito de Tibiriça.
- Artigo 14º- A Prefeitura Municipal de Bauru, subvencionará o DAE com as importâncias correspondentes aos empréstimos já realizados com a Caixa Econômica do Estado.
- Artigo 15º- Se convier ao DAE, o levantamento das parcelas ainda não recebidas do empréstimo contratado com a Caixa Econômica do Estado, serão feitos por intermédio do Prefeito Municipal e o total recebido, imediatamente encaminhado aos cofres do Departamento para a devida aplicação.
- § 1º- Levantadas, porém, e aplicadas regularmente essas parcelas, responderá também o Município, na forma do disposto no artigo anterior, pela amortização do principal e juros a elas correspondentes;
- § 2º- O DAE, por deliberação do Conselho, ratificada pelo Executivo, poderá dispensar as parcelas não recebidas do empréstimo referido neste artigo mediante a alteração regular do contrato firmado com a Caixa Econômica do Estado.
- Artigo 16º- O disposto nos artigos 14º e 15º e seus parágrafos, será ratificado em convenção entre a Prefeitura Municipal e o DAE, após a posse dos membros do Conselho Administrativo daquele e constará da Ata.
- Artigo 17º- Os regulamentos a serem expedidos, na forma da letra "f" do artigo 5º,

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

definirão o regime de funcionamento dos serviços.

- § Único:-** Esses regulamentos deverão ser submetidos à aprovação do Prefeito Municipal, dentro de 60 (sesenta) dias, contados da posse dos membros do Conselho Administrativo.
- Artigo 18º-** Enquanto não forem aprovados por decreto Executivo os regulamentos a que se refere o artigo anterior, a Administração do DAE, far-se-á de conformidade com a Legislação Municipal em vigor que não colidam com as disposições desta lei.
- Artigo 19º-** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bauru, 24 Dezembro de 1.962

IRINEU BASTOS
Prefeito Municipal

Publicado na Diretoria do Expediente da Prefeitura, na mesma data.
ROMEU JOSE BASTOS
Diretor do Expediente

(Continuação do BI Nr 230, de 13/12/2023, do(a) B Ap R Bauru)

Cel ALESSANDER ANASTACIO **FLEXA** - Comandante nomeado da B Ap R Bauru.



Cel EDUARDO MENDONÇA **DUBUGRAS**

Cel ALESSANDER ANASTACIO **FLEXA**

Em consequência:

a) assume a contar de 13 DEZ 23 a função de Ordenador de Despesas (OD) da Base de Apoio Regional de Bauru o Cel ALESSANDER ANASTACIO **FLEXA**;

b) o Chefe da 1ª Seção, Fisc Adm, 4ª Seção, Setor Financeiro, SPP e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

4ª Parte JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

a. Referencia Elogiosa - Pelo Subcomandante da B AP R Bauru

"Ao 3º Sgt GABRIEL DE **JESUS** CAMACARI, Sd EV **JOÃO** PEDRO SODRE CORA e Sd EV ARTHUR HELENO **PALOMO**

Louvo o Sgt Jesus, Sd João e Sd Palomo pela iniciativa de confeccionarem material de madeira para a OM. Os militares verificaram que faltava um supedâneo para ser utilizado na passagem de comando e, imediatamente, reaproveitaram materiais inservíveis no depósito de obras para suprirem tal carência. Tal fato evitou que fosse necessária a cautela do material em outra Unidade. Por terem demonstrado este fundamental atributo militar, deixo registrado o fato observado para que sirva de exemplo aos demais. Bandeirantes! Tudo pelo Brasil!"

3º Sgt GABRIEL DE **JESUS** CAMACARI
Sd EV **JOÃO** PEDRO SODRE CORA
Sd EV ARTHUR HELENO **PALOMO**

b. Referencia Elogiosa - Pelo Cmt da B AP R Bauru

"Ao Maj **THIAGO** CARVALHO DE BARROS MOURA

No momento em que me despeço do Comando da Base de Apoio Regional de Bauru, é por dever de justiça e grata satisfação que formulo esta presente referência elogiosa ao meu Subcomandante e amigo Major Thiago Moura. Suas virtudes militares e sua competência evidenciados em várias áreas, já haviam sido transmitidas a mim pelo Comandante que sucedi, TC Dos Santos, fato esse que me motivou solicitar sua nomeação para me acompanhar no Comando da OM no período em que estive a frente desta Base de Apoio Regional, sendo assim, após 2 anos pude ratificar que todos elogios que foram realizados pelo antigo comandante não eram para constar e sim um fato, mas posso ainda acrescentar outros mais que se evidenciaram no período em que trabalhamos juntos.

Sd EP **ARNALDO TENÓRIO DA SILVA FILHO**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EP **CAIO MARCELLO MOUCO**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EP **JOÃO MARCOS DOS SANTOS ANDRADE**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EV **JOÃO PEDRO SODRE CORA**

- Suficiência "S" - Menção "R";

Sd EV **LUCCA CAUA LOPES NERIS**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EV **YURI MELO FURQUIM DE OLIVEIRA**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EV **PEDRO HENRIQUE BASTAZINI**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EV **JOAO PEDRO CAVINATO SILVA**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EV **GIOVANNI RICCI MICHELIN**

- Suficiência "S" - Menção "B";

Sd EV **ARTHUR HELENO PALOMO**

- Suficiência "NS" - Menção "I".

(Solu a Nota Nº 174-Almox/B Ap R Bauru, de 13 de dezembro de 2023)

Em consequência, o Chefe da 1ª Seção, 3ª Seção, Operador do SiCaPEX, Of TFM e os demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Transmissão e Recebimento de Função - Apresentação

Em 13 DEZ 23:

Apresentou por término da transmissão da função de Ordenador de Despesas (OD) da Base de Apoio Regional de Bauru.

Cel **EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS** - Comandante da B Ap R Bauru;

Em 13 DEZ 23:

Apresentou por término do recebimento da função de Ordenador de Despesas (OD) da Base de Apoio Regional de Bauru.